



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680292 - SP (2021/0220025-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FRANCIANE DE FATIMA MARQUES - SP100729
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVID GOMES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVID GOMES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 7001089-30.2018.8.26.0576).

O paciente cumpre pena de 14 anos, 3 meses e 5 dias de reclusão pela prática de crimes de roubo.

Consta dos autos que o Juízo singular deferiu ao paciente a progressão ao regime aberto. Inconformado, o *parquet* interpôs agravo em execução perante o Tribunal *a quo*, que deu provimento ao apelo para determinar a recondução do sentenciado ao regime fechado e a realização de avaliação criminológica completa.

A impetrante sustenta que o paciente preenche os requisitos para deferimento do pedido de progressão de regime, sendo indevida a exigência de realização de exame criminológico.

Requer, liminarmente e no mérito, o imediato restabelecimento do paciente no regime aberto, independentemente da complementação do exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente